**Divórcio direto litigioso** em razão de estar separada de fato por o **cônjuge varão ter abandonado o lar**. Inexistência de prole. **Existência de bens a partilhar.**

EXMO. SR. DR. JUIZ DE DIREITO DA .... ª VARA DE FAMÍLIA DA COMARCA DE ....

....................................................... (qualificação), portador da Cédula de Identidade/RG nº ...., residente e domiciliado na Rua .... nº ...., na Cidade de ...., vem, mui respeitosamente à presença de Vossa Excelência, através de seu procurador adiante assinado com fundamento no art. 40 da Lei 6.515 de 26 de dezembro de 1977, propor a presente

# AÇÃO DE DIVÓRCIO

contra ........................................., (qualificação), atualmente em lugar incerto e não sabido, pelos motivos que passa a expor:

I- Em data de ................, o Requerente casou-se com a Requerida no Município de ...., sob o regime de comunhão universal de bens, conforme verifica-se da Certidão de Casamento em anexo.

II- Não há bens a partilhar.

III - Não nasceram filhos deste casamento.

IV- Logo após o casamento, a mulher passou a beber diariamente, estando quase sempre alcoolizada, advindo disso brigas constantes e, consequentemente, a separação .... meses após o casamento, ou seja, em data ...., o que configura a separação de fato superior há .... anos.

V- A Requerida tomou destino ignorado logo após a separação, encontrando-se, até o momento, em lugar incerto e não sabido.

Isto posto, requer-se a Vossa Excelência:

1- Seja citada a Requerida por edital por encontrar-se em lugar incerto e não sabido, para que, querendo, responda aos termos da presente ação, sob pena de confesso e revelia;

2- Seja intimado o digno Representante do Ministério Público;

3- A produção de todas as provas em direito admitidas, novamente a testemunhal, cujo rol apresenta abaixo, as quais comparecerão em audiência independentemente de intimação.

Finalmente, requer-se seja julgada procedente a presente ação de divórcio, para decretar a separação do casal por culpa exclusiva da Requerida, perdendo a mesma os apelidos do Requerente, e condenando-a ao pagamento das custas processuais e honorários advocatícios.

Dá-se à causa o valor de R$ ...., meramente para efeitos fiscais.

...., .... de .... de ....

..................

Advogado OAB/...

Rol de Testemunhas:

1- ....

2- ....

3- ....